



# Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## PROVA OBJETIVA

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) institui no seu artigo 4.º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, a garantia de prioridade compreende:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- III. Proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que assegurem o desenvolvimento físico.
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- V. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

Está correto o contido em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a política de proteção integral à criança e ao adolescente, a saber,

- I. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento após os vinte e um anos de idade.
- II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- III. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
- IV. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo o ECA, está correto o contido em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

3. Ao tratar do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13.07.90) dispõe que:

- (A) O poder familiar será exercido, preferencialmente, pela mãe, podendo ser compartilhado com o pai na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer um deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- (B) Aos pais ou ascendentes diretos (avós, tios) incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse da sociedade, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- (C) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- (D) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- (E) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas pela autoridade policial, em procedimento contraditório, nos casos previstos no Código Penal.

4. A professora de educação infantil de escola pública colocou uma criança de quatro anos de castigo, com os braços abertos, na frente da classe. O pai fez Boletim de Ocorrência e a denunciou ao Ministério Público. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a atitude da professora pode ser enquadrada como:

- (A) Compatível com as normas previstas para a educação escolar, portanto, isenta de qualquer culpa.
- (B) Medida punitiva prevista em lei e fundada em princípio educacional, que deve ser julgada à luz dos fatos que a provocaram.
- (C) Infringência à lei, que prega o dever de todos velarem pela dignidade da criança.
- (D) Medida educativa prevista para casos de indisciplina e de desobediência, especificamente quando ocorre com professores, em sala de aula.
- (E) Compatível com as várias medidas estabelecidas em lei, para garantir que a criança seja educada.

5. Leia a notícia abaixo e responda:

Com 12 anos, idade em que já poderia estar no sétimo ano do ensino fundamental, o menino não sabe ler nem escrever. Nesta semana, foi apreendido pela sexta vez pela polícia por vender drogas, apontado como o mais jovem traficante da cidade.

Segundo a polícia, o adolescente era peça essencial na cadeia de produção e distribuição de crack no centro.

[...]

A juíza que atendeu o caso determinou a liberação do menino, dizendo que nem ele nem o irmão tinham passagem pela Vara da Infância e Juventude e mandou que os dois fossem entregues ao Conselho Tutelar.

Dentre as medidas de proteção previstas no ECA, o Conselho Tutelar poderá:

- I. Encaminhar aos responsáveis, mediante termo de responsabilidade.
- II. Oferecer orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- III. Incluir em programa comunitário ou oficial de auxílio ao adolescente.
- IV. Internar em estabelecimento educacional.
- V. Aplicar medida socioeducativa de liberdade assistida.

São verdadeiras apenas as afirmações contidas em:

- (A) I, II e IV
- (B) I e III.
- (C) I, II, III e V.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

6. Leia atentamente as assertivas a seguir.

- I. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

- II. O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, após o acolhimento da criança ou do adolescente, em entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar, que não levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente, mas a oitiva dos pais ou do responsável.
- III. O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.
- IV. Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de dez dias, decidindo em igual prazo.
- V. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

É correto apenas o que se afirma em:

- (A) I e II.            (B) III e IV.            (C) II, III e IV.            (D) II, IV e V.            (E) I, III e V.

7. Em relação ao Conselho Tutelar é incorreto afirmar que:

- (A) As suas decisões podem ser revistas pelo Ministério Público a qualquer tempo.
- (B) É uma de suas atribuições assessorar o poder executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimentos dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) É uma de suas atribuições, dentre outras, a de atender e aconselhar os pais ou responsável, encaminhando-os a tratamento psicológico ou psiquiátrico, quando necessário.
- (D) É uma de suas atribuições promover e incentivar na comunidade e nos grupos profissionais ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus tratos em crianças e adolescentes.
- (E) É uma de suas atribuições expedir notificações.

8. Em relação às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- (B) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade deverá determinar que o adolescente promova a reparação do dano ou compense o prejuízo da vítima, sendo impossível a substituição por qualquer outra medida.
- (C) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse individual, por período não superior a quatro meses.
- (D) A liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses, não podendo ser prorrogada.
- (E) A advertência não poderá ser aplicada, quando houver prova da materialidade e indícios suficientes de autoria de ato infracional.

9. Mariana tem 08 anos e não frequenta a escola que está matriculada há 15 dias. A mãe alega que não consegue acordá-la antes do horário de início das aulas. Diante de tal situação, indique, respectivamente, qual é o direito fundamental da criança que está sendo violado, quem é o agente violador desse direito e qual é a medida mais apropriada a ser aplicada nessa situação pelo Conselho Tutelar:

- (A) Direito à educação, a própria criança, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

- (B) Direito à profissionalização, as políticas públicas de educação, orientação e acompanhamento temporários.
- (C) Direito à educação, pais ou responsáveis, matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- (D) Direito à convivência familiar e comunitária, pais ou responsáveis, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- (E) Direito à educação, políticas públicas de educação, inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

**10.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são **diretrizes** da política de atendimento, com EXCEÇÃO de:

- (A) Municipalização do atendimento;
- (B) Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
- (C) Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- (D) Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de Assistência Social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades prevista no artigo 28 do ECA (guarda, tutela ou adoção);
- (E) Impedir a mobilização da opinião pública para o controle da participação dos diversos segmentos da sociedade;

**11.** Sobre as infrações administrativas, é incorreto:

- (A) Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré- escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente.
- (B) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.
- (C) Apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsáveis.
- (D) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela e guarda, bem assim determinação da autoridade Judiciária ou Conselho Tutelar.
- (E) Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.

**12.** Criança e adolescente são definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não mais pela situação em que se encontram, mas por serem titulares de direitos. Este entendimento tem por base o conceito da:

- (A) Doutrina de Proteção Integral.
- (B) Teoria da Situação de Risco Social.
- (C) Política Municipal de Assistência Social.
- (D) Convenção Interamericana de Direitos Humanos.
- (E) Política de segurança do adolescente.

**13.** Se uma criança não tem sua opinião e expressão consideradas, não tem preservados seus espaços e objetos pessoais e recebe tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor, três direitos fundamentais previstos nos artigos 16, 17 e 18 do ECA lhe estão sendo negados. Esses direitos são respectivamente:

- (A) Respeito, liberdade e dignidade.
- (B) Dignidade, liberdade e respeito.
- (C) Liberdade, dignidade e respeito.
- (D) Dignidade, respeito e liberdade.
- (E) Liberdade, respeito e dignidade.

**14.** O reconhecimento do estado de filiação é direito:

- (A) Personalíssimo, disponível e imprescritível, não podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.
- (B) Personalíssimo, indisponível e imprescritível, não podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, com restrições, observado o segredo de justiça.
- (C) Personalíssimo, indisponível e prescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.
- (D) Personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.
- (E) Personalíssimo, disponível e imprescindível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.

**15.** Segundo o ECA são assegurados ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos:

- (A) Apenas os direitos trabalhistas.
- (B) Os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (C) Apenas os direitos previdenciários.
- (D) Os direitos trabalhistas e previdenciários, porém sem registro em Carteira de Trabalho.
- (E) Os direitos trabalhistas com registro em carteira.

**16.** O Conselheiro Tutelar é dotado de autoridade pública para receber denúncias, aplicar medidas que interferem na conduta das pessoas, requisitar serviços públicos para garantir direitos constitucionais, entre outros. No entanto, o conselheiro tutelar não é uma autoridade em si mesmo. Ele compõe um órgão em que a autoridade é exercida de forma:

- (A) Subordinada.
- (B) Policial.
- (C) Delegada.
- (D) Colegiada.
- (E) Independente.

**17.** Com relação à Propaganda Eleitoral para Conselheiro Tutelar no município de Socorro, aos candidatos é vedado:

- I. Realizar propaganda, ainda que gratuita, por meio de veículos de comunicação em geral, faixas, outdoors, placas, camisetas, bonés, dentre outros;
- II. Realizar propaganda com vinculação político-partidária, grupo religioso, social e econômico;
- III. Realizar campanha antes da publicação da lista definitiva das candidaturas;

Com relação às afirmações acima, é correto afirmar que:

- (A) Apenas a afirmação I está correta.
- (B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.

- (C) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmações estão corretas.

**18.** Considerando uma denúncia anônima à polícia civil numa madrugada de sábado, envolvendo o consumo exagerado de álcool e drogas por adolescentes em determinado bairro, é correto afirmar que:

- (A) Conselho deverá ser acionado para que o conselheiro de plantão vá verificar a denúncia, tomando as providências de sua competência.
- (B) Polícia deve ir sozinha até o local dos fatos, porém com a presença de uma policial feminina caso haja meninas adolescentes.
- (C) Polícia deve comunicar o fato à guarda municipal, que tem competência para averiguação dos fatos na ausência de conselheiro tutelar;
- (D) A denúncia será imediatamente comunicada ao plantão judiciário, devendo a polícia comparecer no local e efetuar a detenção dos envolvidos.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**19.** Em relação à Família Substituta é incorreto afirmar que:

- (A) Sempre que possível a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- (B) A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio de técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- (C) Na apreciação do pedido de guarda, tutela ou adoção, não se levará em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade.
- (D) Tratando-se de maior de 12 anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- (E) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos.

**20.** De acordo com o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente é obrigação dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar:

I – Maus tratos envolvendo seus alunos.

II – Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar.

III – Elevados números de repetência.

IV – Uso e abuso de drogas.

V – Ato infracional cometido mediante ameaça ou violência a pessoa.

Está correto o contido em:

- (A) I e II.
- (B) I,II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) Todas estão corretas.

**21.** As entidades de atendimento à criança e ao adolescente são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos , porem somente poderão funcionar depois de proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, junto ao:

- (A) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- (B) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (C) Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (D) Conselho Tutelar Municipal.
- (E) Autoridade Policial local.

**22.** Analise as seguintes afirmativas:

- I. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- II. As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, inclusive nas hipóteses de má-fé.
- III. A autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsável, ou quando carecer de representação ou assistência legal ainda que eventual.

Está correto apenas o contido em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III.

**23.** Leia atentamente as questões abaixo e marque a correta:

- A) Verificada a prática de ato infracional, cabe aos Conselhos tutelares aplicar e executar as medidas socioeducativas de advertência, prestação de serviços à comunidade e internação em estabelecimento educacional à criança e ao adolescente infrator.
- B) Os Conselhos Tutelares são entidades de proteção responsáveis pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes.
- C) Somente o Conselho Tutelar tem competência para apurar os atos infracionais praticados por adolescente, aplicando-lhe medidas específicas de punição, previstas em lei.
- D) Além das atribuições previstas no ECA, os Conselhos Tutelares podem instituir novas atribuições em regimento interno ou em atos administrativos de quaisquer outras autoridades.
- E) Os Conselhos Tutelares são órgãos contenciosos não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente por meio da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e por meio da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis.

**24.** Entre outras obrigações, as entidades que desenvolvem programas de internação para menores devem:

- A) Observar os direitos e as garantias de que são titulares as crianças.
- B) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.
- C) Comunicar às autoridades competentes todos os casos em que foi necessária a adoção de restrições a direitos que não tenham sido restringidos na decisão de internação de adolescentes.
- D) Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo mínimo de um ano, dando ciência dos resultados ao CONANDA.
- E) Assegurar as medidas profiláticas e contraceptivas necessárias à visitação íntima.

**25.** De acordo com o Artigo 98 do E.C.A., as medidas de proteção à Criança e ao Adolescente são aplicáveis sempre que os direitos forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou situação de pobreza dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

- (A) Todas as alternativas estão corretas;

- (B) Apenas o item I está incorreto;
- (C) Os itens I e III estão corretos;
- (D) Apenas o item II está correto;
- (E) Os itens I e II estão corretos.

**26.** A respeito do Excel, julgue os próximos itens, considerando uma planilha, em processo de edição, que contenha registros de diferentes processos, associados às seguintes colunas: número do processo, assunto e data de entrada.

I - Para ordenar, por data, os registros inseridos na planilha, é suficiente selecionar a coluna 'data de entrada', clicar no menu 'Dados' e, na lista disponibilizada, clicar ordenar data.

II - Por meio da opção 'Subtotais', encontrada no menu 'Dados', é possível consolidar a quantidade de processos em cada data que aparece na planilha.

III - A partir de uma planilha Excel, é possível criar, no Word, uma mala direta para impressão de etiquetas.

IV - No Excel, um banco de dados pode ser criado porque existe uma opção de importação e exportação de dados. Por não haver comando correspondente no Calc, do BrOffice, não é possível a criação de um banco de dados neste aplicativo.

Com relação às afirmações acima, é correto afirmar que:

- (A) I = Errada, II = Correta, III = Correta e IV = Errada
- (B) I = Correta, II = Correta, III = Correta e IV = Errada
- (C) I = Correta, II = Errada, III = Errada e IV = Correta
- (D) I = Errada, II = Errada, III = Errada e IV = Correta
- (E) I, II, III e IV estão corretas

**27.** Aplicativo utilizado para confeccionar apresentação de slides através do computador:

- (A) Word
- (B) Excel
- (C) Power Point
- (D) Access
- (E) Clipboard

**28.** A criação de um arquivo, a partir de um documento digitado no Word 7.0, é realizada através da caixa de diálogo denominada:

- (A) Novo
- (B) Editar
- (C) Arquivo
- (D) Salvar tudo
- (E) Salvar como

**29.** Maria preparou uma carta no Word e deseja destacar um parágrafo inteiro utilizando o recurso de negrito. Para isto, ela precisa entrar no menu formatar e escolher a opção:

- (A) Parágrafo
- (B) Fonte
- (C) Colunas
- (D) Maiúscula e minúscula
- (E) Galeria de Estilos

**30.** Ricardo prepara uma tabela no Word, mas a tabela é maior que a largura da página. Ele decide então alterar a orientação do papel para o tipo paisagem. A sequência mais adequada para isto é:

- (A) Formatar / Largura da Página / opção Paisagem.
- (B) Exibir / Layout da Página.
- (C) Arquivo / Visualizar Impressão / Imprimir.
- (D) Formatar / Parágrafo / opção Paisagem.
- (E) Arquivo / Configurar Página / Tamanho do Papel / opção Paisagem